

# Sumário

Apresentação .....	13
--------------------	----

Editorial .....	15
-----------------	----

## **DOCTRINA**

### **ARTIGOS**

#### *Internationality and commerciality* in the Uncitral Model Law: a functional and integrative analysis

<b>Jair Gevaerd</b> .....	19
---------------------------	----

1	Introduction.....	20
2	The specific language of the Uncitral Model Law.....	22
2.1	What the specific language of the Uncitral Model Law is actually <i>saying</i> ? .....	23
2.2	What <i>internationality</i> is not, in the context of the Uncitral Model Law?.....	24
2.2.1	Internationality, concerning arbitration procedures, is not the contrary of nationality .....	24
2.2.1.1	The first possible meaning: <i>international</i> procedures and awards <i>versus national</i> procedures and awards .....	24
2.2.2	<i>Internationality</i> , concerning arbitration procedures, is not <i>only</i> about (a) extraterritoriality, (b) application of different national laws, (c) multiple nationality of the parties or (d) the combination of all the above .....	27
2.2.2.1	The second possible meaning: would it all sum up to a (a) topographic criteria, (b) multiple regulations, (c) different nationalities or (d) a <i>potpourri</i> of the above? .....	27
2.2.2.1.1	About the topological token .....	28
2.2.2.1.2	About the jurisdictional token.....	29
2.2.2.1.3	About the multiple nationality of the parties .....	29
2.2.2.1.4	About the <i>potpourri</i> of criteria .....	30
2.3	What <i>internationality</i> is, in the context of the Uncitral Model Law .....	30
2.4	<i>Commerciality</i> as the controlling criterion for the determination of the <i>internationality</i> of a given arbitration procedure. Twin tests connected by function .....	32
3	A particular consideration.....	34
3.1	The case of the article 1 (3) (c) of the Uncitral Model Law .....	34
3.2	The article 1 (5) of the Uncitral Model Law and the public policy reservations .....	35
4	Characteristics of <i>internationality</i> , according to the Interpretation Construed Hereby.....	35
5	Conclusion.....	37

#### Arbitragem trabalhista: um eficaz método alternativo à jurisdição estatal

<b>Julia de Castro Tavares Braga, Flavio Portinho Sirangelo</b> .....	39
---	----

1	Introdução.....	40
2	Arbitragem trabalhista e seu surgimento no Brasil.....	43
3	Arbitragem trabalhista à luz da Reforma Trabalhista .....	47
4	Conhecendo a arbitragem trabalhista .....	50
4.1	Características, vantagens e conveniência de sua adoção.....	50
4.2	Mitos envolvendo a arbitragem trabalhista.....	52
5	Operacionalizando, na prática, a arbitragem trabalhista .....	54

5.1	Elegibilidade com base em critérios mais conservadores .....	54
5.2	Da elegibilidade por grupos de empregados .....	57
5.3	Da implementação da cláusula compromissória aos contratos de trabalho dos atuais e futuros empregados .....	57
5.4	Das cautelas na celebração das cláusulas compromissórias.....	59
6	Da escolha do procedimento e da câmara arbitral .....	61
7	Considerações finais .....	64
	Referências.....	66

## Os *dispute boards* no Brasil: evolução histórica, a prática e perspectivas futuras

<b>Augusto Barros de Figueiredo e Silva Neto</b> .....	69	
1	Introdução.....	69
2	<i>Dispute boards</i> : breves notas sobre a origem do método, sua atuação e as razões da grande aceitação.....	70
2.1	Mecânica do funcionamento .....	72
2.1.1	Contratação dos membros e a estruturação dos comitês.....	73
2.1.2	Forma de atuação.....	75
2.2	Utilidade do método no contexto da sua utilização .....	77
2.2.1	Relação dos <i>dispute boards</i> com os demais MESC's.....	78
2.2.2	Controle de riscos jurídicos ou boa prática na gestão de contratos? .....	81
3	Realidade brasileira: particularidades e caminhos .....	83
3.1	Experiências recentes .....	84
3.1.1	Regulação dos <i>dispute boards</i> .....	85
3.1.2	Casos marcantes no Brasil.....	88
3.2	Desafios à frente.....	90
3.2.1	Mantendo o rumo no caminho da evolução .....	90
3.2.2	Novas fronteiras .....	93
4	Conclusão.....	95

## Is arbitration lawless?

<b>Christopher R. Drahozal</b> .....	97	
1	Introduction.....	97
2	Do arbitrators follow the law? .....	101
2.1	Case analyses.....	104
2.2	Surveys of arbitrators.....	106
2.3	Reversal rates.....	109
3	Is arbitration "self-deregulation"?.....	111
4	Does arbitration impede the development of the law?.....	114
5	Conclusion .....	119

## O futuro da justiça multiportas: mediação em risco?

<b>Fernando Gama de Miranda Netto, Samantha Pelajo</b> .....	121	
1	Introdução.....	122
2	Fundamentação teórica.....	123
3	Revisitando a justiça multiportas .....	123
4	Regulamentação legal da mediação judicial .....	126
5	Etapas procedimentais da mediação judicial .....	130
6	Formação de equipe colaborativa e complementar entre mediadores e advogados .....	133
7	Conclusões .....	135
	Referências.....	137

## A arbitragem no direito administrativo: perspectivas atuais e futuras através de um estudo comparativo e temático entre Brasil e Portugal

<b>Daniel Brantes Ferreira, Rafael Carvalho Rezende Oliveira</b> .....	139
1 Introdução.....	140
2 Histórico da arbitragem no Brasil: origem portuguesa e ponto de encontro .....	140
3 Arbitrabilidade objetiva e direito aplicável na administração pública no Brasil e em Portugal.....	143
4 Duplo grau, ação anulatória de sentença arbitral, execução da decisão arbitral e impugnação em execução .....	147
5 Dever de publicidade.....	152
6 Arbitragem institucional.....	154
7 Nota conclusiva.....	155
Referências.....	157

## Most-Favoured-Nation Clauses and pre-conditions for ISDS: the Argentinian Experience

<b>Isabela Luciana Coletto</b> .....	159
1 Introduction.....	160
2 The MFN clause under international investment agreements .....	161
2.1 Overview .....	161
2.2 Recent Trends in MFN drafting in treaty making .....	162
2.3 The relevance of MFN clauses to IIL .....	163
2.4 MFN clauses and ISDS.....	163
3 The importance of prior requirements to ISDS in international investment law.....	164
4 Alternative dispute settlement mechanisms and MFN clauses: the Argentinian experience .....	166
4.1 The UNASUR Centre for the Settlement of Investment Disputes.....	166
4.2 Recent BITs .....	167
5 Interpretation of MFN Clauses: the Argentinian Experience .....	168
5.1 Local Litigation Requirements in Argentinian IIAs.....	168
5.2 Case Law .....	169
5.2.1 The use of MFN provisions to disregard the prior local litigation requirement .....	169
5.2.2 A more careful consideration to the MFN clauses .....	170
5.2.3 More recent interpretations of MFN clauses and the way forward .....	171
5.2.3.1 Ablacat v Argentina .....	171
5.2.3.2 Hochtief v Argentina.....	172
5.2.3.3 Urbaser v. Argentina .....	173
5.2.3.4 The way forward.....	174
6 Conclusion .....	174
References .....	175

## Principais temas sobre arbitragem e recuperação judicial

<b>Gabriela de Barros Sales</b> .....	179
1 Considerações iniciais .....	179
2 Arbitrabilidade em recuperação judicial e falência.....	181
3 Cláusula arbitral e plano de recuperação judicial .....	189
4 Carta arbitral e reserva de crédito .....	191
5 Considerações finais .....	192
Referências.....	194

The “*happy dynamic*” case: Superior Court of Justice’s analysis on a foreign arbitration award provided in a maritime contract

<b>Lucas Leite Marques, Gabriela Júdice Paoliello</b> .....	197
1 Introduction .....	197
2 Maritime contracts and arbitration clause .....	198
3 Arbitration in Brazil.....	198
4 Enforcement of a foreign award in Brazil .....	199
5 The “Happy Dynamic” case .....	200
6 Comments .....	201
References .....	203

The evolution of the interpretation of the Competence-Competence principle in the Brazilian Legal Order: legal certainty provided for foreign investors

<b>Diego Capistrano</b> .....	205
Introduction.....	205
1 Competence-Competence principle in the International Arbitration.....	206
1.1 The Competence-Competence principle doctrine.....	206
2 Who decides first the competence?.....	208
2.1 The positive and negative effects of the Competence-Competence principle .....	208
2.2 Is the arbitrator’s decision ever subjected to judicial review?.....	210
2.3 The recognition of the rule of priority by local courts .....	210
3 The development of Competence-Competence principle under Brazilian Statutory Law .....	213
3.1 Competence-Competence principle codified into Brazilian Statutory Law .....	213
3.2 Remarkable case law: dispute between Petrobras and the Brazilian Oil & Gas Agency (ANP) .....	217
3.2.1 The Brazilian Superior Court of Justice’s recognition of the applicability of the Competence-Competence principle to concession agreements .....	217
3.2.2 The case.....	218
3.2.3 The STJ’s decision.....	220
4 Conclusion .....	223
References .....	224

A Câmara Internacional da Corte de Apelação de Paris: um novo procedimento internacional atractivo de resolução de litígios

<b>Romain Dupeyré, Marie-Claire da Silva Rosa</b> .....	227
1 Introdução.....	228
2 Contexto de criação da CICAP.....	230
2.1 Iniciativas similares à CICAP em outros Estados .....	231
3 Principais características do sistema judicial estabelecido pela criação da CICAP.....	233
3.1 Competência das câmaras internacionais do Tribunal de Comércio de Paris e da Corte de Apelação de Paris .....	233
3.1.1 Competência da Câmara Internacional do Tribunal de Comércio de Paris.....	233
3.1.2 Competência da Câmara Internacional da CICAP .....	234
3.2 Peculiaridades das regras aplicáveis às câmaras internacionais do Tribunal de Comércio de Paris e da Corte de Apelação de Paris.....	234
3.2.1 Língua do processo perante as câmaras internacionais do Tribunal de Comércio de Paris e da Corte de Apelação de Paris.....	235
3.2.2 Processo para a apresentação de provas perante as câmaras internacionais do Tribunal de Comércio de Paris e da Corte de Apelação de Paris.....	236

3.2.3	Calendário processual obrigatório: a celeridade da justiça.....	237
4	Considerações finais .....	238
	Referências.....	239

#### Lei de Mediação Austríaca

<b>Fernando Gama de Miranda Netto, Sylvia Quintão Leite, Thiago Stüssi Neves Fortes de Abreu .....</b>	<b>241</b>
Lei de Mediação Austríaca .....	242

#### Comissão das Nações Unidas sobre direito internacional comercial

<b>Carla Araújo Demchuk, Paul Eric Mason, Nazareth Serpa .....</b>	<b>263</b>
--	------------

#### Proposta de Articulado de Lei da Arbitragem Administrativa Voluntária (Portugal)

<b>Tiago Serrão .....</b>	<b>277</b>
Nota de enquadramento .....	278

<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES .....</b>	<b>293</b>
---	------------